

MAÍRA LEITOGUINHOS DE LIMA ABREU

Mestre em Direito Empresarial pela UFMG. Advogada

INVALIDAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, inverno de 2015
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Eduardo Nallis Villanova

Revisão gramatical: Studio Quartier

Capa: Eduardo Nallis Villanova

ABREU, Maíra Leitoguinhos de Lima. Invalidação das Deliberações do Conselho de Administração. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

ISBN 85-7674-784-7

1. Direito Societário. 2. Sociedade Anônima. 3. Conselho de Administração. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Societário
2. Brasil: Sociedade Anônima
3. Brasil: Conselho de Administração

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Prefácio.....	9
Apresentação	11
Lista de ilustrações	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	17
Agradecimentos.....	19
Introdução	21

CAPÍTULO 1

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, 29

1.1. Características do conselho de administração	34
1.2. O conselho de administração e o ordenamento jurídico brasileiro	37
1.3. A importância do conselho de administração nas companhias	54
1.4. O conflito de interesses entre os administradores e a companhia	65
1.5. As deliberações do conselho de administração.....	69

CAPÍTULO 2

AS CRÍTICAS DOUTRINÁRIAS ACERCA DA APLICAÇÃO DA TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO AOS ATOS SOCIETÁRIOS, 73

2.1. As críticas ao Decreto 434/1891 e a exigência de uma teoria especial	74
2.2. A tentativa de mudança com o Decreto-Lei nº 2.627/40	79
2.3. A reafirmação da necessidade da teoria especial na vigência da Lei nº 6.404/76.....	84

CAPÍTULO 3

AS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME A RELEITURA DA TEORIA GERAL DO FATO JURÍDICO, 87

3.1. O plano da existência e as deliberações do conselho de administração na classificação dos fatos jurídicos	89
3.1.1. Os fatos e as deliberações inexistentes	99
3.1.2. Sobre a inocorrência das reuniões	104

3.2. O plano da validade das deliberações	107
3.3. O plano da eficácia	125
3.4. As espécies de invalidade e a doutrina clássica civilista: o antigo tratamento do tema	131
3.5. A mudança de abordagem na teoria das invalidades e sua aplicabilidade ao direito societário.....	134
3.5.1. Natureza jurídica da invalidade e a nulidade de pleno direito	138
3.5.2. As diferenças entre nulidade e anulabilidade conforme a doutrina atual	140
3.5.2.1. Sobre a existência da nulidade em matéria societária	145
3.5.3. A produção de efeitos dos atos inválidos.....	147
3.5.3.1. A eficácia da sentença que pronuncia a invalidade	157
3.5.3.2. O princípio da conservação dos atos jurídicos.....	160
3.5.3.3. A proteção a terceiros de boa-fé, o registro e as publicações	169
3.5.3.4. Interpretação restritiva das normas de invalidade.....	177
3.5.3.5. Mecanismos práticos do princípio da conservação.....	179
3.5.3.5.1. Convalidação	180
3.5.3.5.2. Sanação	181
3.5.3.5.3. Conversão	185
3.5.3.5.4. Redução	187
3.5.4. Prazos curtos para a impugnação judicial.....	187
3.6. Sobre o enquadramento do direito societário no direito privado	189
3.7. A sanção administrativa	191

CAPÍTULO 4

OS VÍCIOS DAS DELIBERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 195

4.1. Vícios das reuniões.....	197
4.2. Vícios das deliberações.....	202
4.3. Vícios dos votos	204
4.4. Distinção entre a deliberação e seus efeitos.....	216
4.5. A ação de invalidade	217
4.6. Prazo para propositura da ação	224

Conclusão.....	235
Referências Bibliográficas.....	241
Referências a julgados de tribunais judiciais	248
Referências a julgados da CVM	249